

RECLAMAÇÃO Nº 35.917 - RJ (2018/0116349-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECLAMANTE : COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS.
ADVOGADOS : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - SP128341
BRUNA RODRIGUES DE OLIVEIRA - RJ145645
ARTHUR PIMENTEL DIOGO - RJ156788
AMANDA FLAUSINO - RJ167628
ALEXANDRE LUIZ NASCIMENTO DA SILVA E OUTRO(S) - RJ182554
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : SÉRGIO DA SILVA BALTHAZAR E OUTROS

EMENTA

RECLAMAÇÃO. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL, DEIXANDO DE ENCAMINHAR O RECURSO A ESTA CORTE SUPERIOR. NÃO ADMITIDO O RECURSO ESPECIAL NA ORIGEM. CONFORMIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE DESTA CORTE. RECURSOS REPETITIVOS. INADMISSIBILIDADE MANIFESTA DO RECURSO ESPECIAL E DO AGRAVO DO ART. 1.042 DO CPC/2015. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE APLICOU DEVIDAMENTE OS RESPS REPETITIVOS N. 1.361.800/SP E N. 1.370.899/SP. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA NÃO EVIDENCIADA. RECLAMAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

DECISÃO

Trata-se de reclamação promovida por Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, fundada nos arts. 105, I, *f*, da Constituição Federal; e 988 do Código de Processo Civil de 2015, em que argumenta, em suma, ter o Juízo reclamado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro incorrido em usurpação da competência do STJ.

Afirma que "a doutrina e a jurisprudência são unânimes ao afirmar que o agravo interposto em face de despacho denegatório será compulsoriamente enviado ao STJ, podendo apenas ser salientada alguma questão para posterior análise do relator do STJ" (e-STJ, fl. 4).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, verifica-se que as alegações formuladas pela reclamante, conforme detalhado no relatório, apesar de guardarem relação com as finalidades precípua da reclamação, não merecem acolhimento.

Isto porque, a reclamação - de que tratam os arts. 105, I, *f*, da Constituição Federal e 988, I e II, do CPC/2015 - é cabível quando se fizer necessária a preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça e a garantia da autoridade de suas decisões.

Na hipótese, verifica-se que o Terceira Vice-Presidente do TJRJ não conheceu do agravo do art. 1.030, I, *a* do CPC/2015, ao entendimento de que "o v. acórdão recorrido coincide com a orientação firmada pelo e. Superior Tribunal de Justiça; por oportunidade do julgamento do mérito do REsp 1.147.191/RS (Tema nº 380 'No caso de sentença ilíquida, para a imposição da multa prevista no art. 475-J do CPC, revela-se indispensável (i) a prévia liquidação da obrigação; e, após, o acerto, (ii) a intimação do devedor, na figura do seu Advogado, para pagar o quantum ao final definido no prazo de 15 dias")

Não se desconhece a orientação jurisprudencial desta Corte, que é firme no sentido de que "há a usurpação de competência quando o agravo de instrumento [atual agravo em recurso especial] tem seu processamento negado pelo Tribunal de origem. É que não cabe ao Presidente do Tribunal de origem opor qualquer óbice ao seguimento do recurso de agravo, uma vez que a competência para analisar e julgar agravo interposto de decisão que inadmite recurso especial é do Superior Tribunal de Justiça" (AgRg na Rcl 4.851/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 27/2/2013, DJe 6/3/2013).

No mesmo sentido:

RECLAMAÇÃO. DECISÃO DO VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE ORIGEM OBSTANDO O PROCESSAMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO TIRADO CONTRA DESPACHO DENEGATÓRIO DE SUBIDA DO ESPECIAL. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DESTE STJ.

1. Nos termos do art. 544, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, compete ao Relator, no Superior Tribunal de Justiça, decidir o agravo de instrumento interposto contra decisão que não admite o recurso especial.
2. É defeso ao Tribunal de origem obstar o seguimento do agravo de

instrumento dirigido a esta Corte, ainda que esteja totalmente convencido de sua fragilidade. Precedentes.

3. Procedência da reclamação para determinar ao Tribunal local a remessa dos autos do agravo de instrumento a este Superior Tribunal de Justiça.

(Rcl 1.453/PE, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/09/2007, DJ 11/10/2007, p. 282)

Contudo, não se admite a interposição de novo recurso especial amparado em matéria sedimentada mediante o rito dos recursos repetitivos, quando já realizado o juízo de conformidade pela Corte local em relação ao primeiro apelo extremo, como na hipótese.

A fim de confirmar tal assertiva, confira-se:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DO TRIBUNAL A QUO EM AGRAVO INTERNO. CONFIRMAÇÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DO SEGUNDO RECURSO ESPECIAL. RECURSO INAPROPRIADO. PRECEDENTES DO STJ.

1. Cuida-se de recurso para destrancar o segundo Recurso Especial apresentado pela parte autora, que se insurge contra o acórdão que julgou improcedente o Agravo Interno que havia sido interposto contra a decisão que inadmitiu o primeiro Recurso Especial do demandante em razão da decisão recorrida ao aplicar, ao caso concreto, os precedentes firmados pelo STJ e pelo STF em recurso representativo da controvérsia.

2. Negado provimento ao retromencionado Agravo Interno, não se afigura hipótese de cabimento de interposição de novo Recurso Especial, consoante entendimento apreendido da ratio decidendi extraída do AgRg no Re no AgRg- nos Embargos de Divergência em Agravo 602.830 - DF (STJ, Corte Especial, rel. Min. Ari Pargendler, DJ de 8/2/2011). Nesse mesmo sentido: AgRg no AREsp 535.840/PB e AgRg no AREsp 540.265/PB.

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1655431/RN, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 18/04/2017)

Além de não ser cabível o segundo recurso especial, "revela-se manifestamente inadmissível a interposição de Agravo em Recurso Especial para impugnar decisão mediante a qual o Recurso Especial teve seguimento negado (art. 1.030, I, b, do CPC/15) porque o acórdão recorrido estaria em consonância com o entendimento fixado em recurso repetitivo, porquanto cabível agravo interno" (AgInt no

AREsp 1.326.398/MS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 6/12/2018), como se verifica na espécie.

Nesse contexto, não se evidencia a usurpação de competência suscitada, porquanto manifestamente incabíveis o recurso especial e o agravo em recurso especial, tendo em vista a adequação do entendimento consignado no acórdão recorrido com a jurisprudência deste Tribunal Superior sedimentada através do rito dos recursos repetitivos.

Ante o exposto, julgo improcedente a reclamação.

Publique-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator